



1. Dilemas da Política Externa e da Estratégia Militar dos EUA Durante os Governos de George W. Bush*

Sidnei J. Munhoz^I

Neste trabalho serão analisadas algumas das principais perspectivas relacionadas ao debate sobre a política externa, a segurança doméstica e a respeito das denominadas ameaças externas aos Estados Unidos, com enfoque particularizado no campo militar e no combate ao terrorismo. Em adição, discurrir-se-á sobre as transformações nos conflitos militares ao longo das últimas décadas e em relação ao papel dos EUA no conturbado cenário mundial do início do século XXI, com base nas análises efetuadas por especialistas em estratégia militar e nos críticos da política externa estadunidense.

Palavras-chave: Política Externa dos EUA, Estratégia Militar, Segurança Doméstica, Ameaças Externas, Terrorismo.

In this paper will be analyzed some of the main perspectives related to the debate on Foreign Policy, domestic security and the respect to so-called external threats to the United States, with detailed focus on the military field and in combating terrorism. In addition, will be considered the transformations in military conflicts over the past decades and the US role in the troubled world scenario of the early 21st century, based on the analyses made by military strategy experts and critics of American Foreign Policy.

Keywords: Foreign Policy, Military Strategy, Homeland Security, External Threats, Terrorism

Origens da atual política externa dos Estados Unidos

Iniciamos as nossas reflexões sobre os dilemas da política externa estadunidense em nosso tempo presente resgatando as primeiras análises de William Appleman Williams. Com a publicação de *The Tragedy of American Diplomacy*, em 1959, Williams tornou-se uma das principais referências para os críticos da história tradicionalista estadunidense^{II}. Para ele e os



intelectuais influenciados por suas obras, como, por exemplo, Walter LaFebber, a política externa dos EUA não pode ser pensada sem se considerar o processo de expansão territorial, comercial e cultural do país^{III}.

Nessa perspectiva, após esgotada a fase da expansão das fronteiras internas, desde a depressão da década de 1890, os EUA buscaram superar sua crise doméstica, ocasionada por uma capacidade de produção, muito superior às possibilidades de consumo interno, por meio da adoção de uma política expansionista. Dessa forma, os EUA abraçaram a política imperialista como saída para a sua crise doméstica.

Desse ponto de vista, os conflitos em que os EUA se envolveram no pós-II Guerra Mundial foram decorrências da Open Door Policy e do comportamento imperial estadunidense, que cada vez mais tornaram a política externa do país agressiva, ancorada em sua poderosa máquina militar, na criação de uma sofisticada rede de espionagem que possibilitava a intervenção nos negócios internos de outros países.

Esse aparato possibilitava controlar fontes de matérias primas e mercados consumidores, estabelecer governos amigos, criar instabilidades para inviabilizar o acesso ao poder ou desestabilizar governos considerados um problema para os interesses dos EUA. A exacerbação dessas políticas, durante os dois governos sucessivos de Harry Truman (1945-1953), haveria sido em grande parte a responsável pela eclosão dos conflitos que posteriormente conformaram a Guerra Fria^{IV}.

A Guerra Fria

A Guerra Fria criou as condições que justificaram ao longo de quatro décadas e meia a repressão à dissidência interna e a intervenção nos negócios de outras nações tanto por parte dos EUA quanto da União Soviética^V. Assim produziram-se estereótipos que embora de forma aparente fossem opostos, de fato, eram muito parecidos.

Na esfera soviética, a Guerra Fria justificava tanto a repressão àqueles tachados de agentes do capital quanto as ações militares para proteger o mundo socialista de supostas ações imperialistas que visavam à destruição da “democracia soviética”. No campo dos EUA, o



conflito possibilitava a repressão aos taxados de “comunistas infiltrados” e afiançava a consumação de ações militares em qualquer parte do mundo onde se presumisse que as democracias capitalistas e a as assim chamadas liberdades democráticas estivessem ameaçadas.

O Pós-Guerra Fria

Uma vez terminada a Guerra Fria e com a desestruturação dos regimes influenciados pela União Soviética, a ameaça do velho inimigo (comunismo) deixava de ser verossímil e não mais poderia justificar muitas das ações militares dos EUA, regra geral em defesa de interesses econômicos inconfessos. Assim, ainda no crepúsculo da ordem criada ao longo da Guerra Fria, o mundo assistiu à construção de novos inimigos que ameaçavam a paz e a estabilidade mundial: o fundamentalismo islâmico, o terrorismo, o narcotráfico e a instabilidade no Terceiro Mundo^{VI}.

Para fazer frente ao novo cenário, os ideólogos das elites estadunidenses deram continuidade a uma política externa baseada em perspectivas intervencionistas e expansionistas, tendendo ao unilateralismo, o que provocou sucessivas crises diplomáticas. Muitas delas adquiriram proporções planetárias, de modo que delas derivaram instabilidades no cenário político internacional. Esse contexto alicerçou a retomada vultosa dos investimentos no setor bélico, de tal forma que já no segundo governo BillClinton as despesas com o orçamento militar estadunidense voltaram a superar àquelas relativas ao período da Guerra Fria.

Desde meados da década de 1990, o governo dos EUA tem trabalhado com a perspectiva de que o próximo conflito de proporções planetárias não estará alicerçado em confrontos ideológicos ou nacionais, mas em um choque de civilizações^{VII}. Essa perspectiva tem por base a tese defendida por Samuel P. Huntington. Para o autor, a decadência do poder econômico e demográfico ocidental estava a ocorrer em paralelo ao crescimento da resistência de outras civilizações à hegemonia do Ocidente, o que, segundo essa perspectiva, apontava para um inevitável confronto em um futuro próximo.

Em decorrência do exposto, Huntington acreditava na necessidade de se fortalecer as alianças do Ocidente a fim de enfrentar tanto as ameaças externas quanto as internas. Assim, o



Ocidente deveria ter como meta a transformação de outras sociedades, buscando incorporá-las à sua órbita ou neutralizá-las de forma que não viessem a representar uma ameaça real. Nessa perspectiva, Huntington afirmou que uma aliança sino-islâmica poderia se constituir, em um futuro próximo, no principal oponente da “Civilização Ocidental”.

Dessa forma, os EUA deveriam liderar um processo de expansão das fronteiras ocidentais, de tal forma que esse conflito viesse a ocorrer o mais distante possível do ocidente. Considerar tais pressupostos e perspectivas implica reconhecer que os conflitos a envolver a invasão e ocupação do Afeganistão e do Iraque estão mais relacionados a uma estratégia mundial de médio e longo prazo do que às questões pontuais relativas ao 11 de setembro, aos talibãs, aos recursos petrolíferos iraquianos ou ainda às supostas ameaças representadas pelo então governo iraquiano de Saddam Hussein.

Nesse aspecto também devem ser incluídas, ao menos em parte, as crises que levaram à queda dos governos da Tunísia e do Egito, ao aumento das tensões que estão a desestabilizar outros regimes da região. No entanto, como aponta Francisco Carlos Teixeira da Silva, esses movimentos colocaram por terra os planos para o Oriente Médio, elaborados durante os governos George W. Bush^{VIII}. Talvez a intervenção estrangeira comandada pelos EUA que levou à derrubada do governo da Líbia deva ser considerada no contexto dessa crise e das incertezas para a política dos EUA naquela região.

A despeito da solidez e da procedência das críticas sofridas por Huntington, os eventos ocorridos em 11 de setembro de 2001 reforçaram enormemente os seus postulados entre as elites ultraconservadoras estadunidenses. Observa-se a opção dos EUA de manterem a sua colossal máquina de guerra no momento em que a sua rival, que a havia justificado ao longo de décadas, se desintegrava. Os think tanks estadunidenses redirecionaram essas forças para a defesa dos interesses das elites dos EUA em outras áreas do planeta.

Assim, nota-se, por exemplo, a expansão e o fortalecimento da Otan, quando o motivo que justificou a sua criação não mais existia. Em outras palavras, no momento em que a rival se desintegrava, os EUA viam a possibilidade de expandir a sua área de influência. Para Chalmers Johnson (historiador especialista em história asiática e ex-consultor da CIA), houve nos EUA uma verdadeira revolução na política externa dos EUA no período compreendido



entre a queda do muro de Berlim e os ataques ao seu território ocorridos em 11 de setembro de 2001. Para esse autor, no início desse período, a política externa ainda era em seu conjunto uma atividade civil, conduzida por pessoal diplomático, acostumado a defender os interesses dos EUA com base nas leis internacionais e nas alianças permanentes com outras nações democráticas.

Para ele, havia um forte componente militar nesse processo e os militares ocupavam posições decisivas na execução dessa política. No entanto, Johnson acredita que durante a era Reagan, apesar da existência de ações militares ilegais, como aquelas ocorridas na América Central, no geral, o seu emprego ainda estava subordinado a normas constitucionais. Contudo, para o autor, por volta de 2002, a situação era completamente outra, os EUA não mais teriam uma política externa, mas um império militar^{IX}.

O Pós-11 de setembro

Em período recente, com a justificativa de uma enérgica resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001, os EUA adotaram uma postura internacional ainda mais agressiva, que levou à invasão territorial e à derrubada dos regimes então vigentes no Afeganistão e no Iraque. Além disso, os EUA intensificaram outras ações militares, com base na Doutrina Bush, que prega a guerra preemptiva para se defenderem de qualquer suposta ameaça à sua segurança nacional. Ancorado em uma linguagem de cunho bíblico, o governo de George W. Bush prometeu uma luta sem tréguas contra o assim denominado eixo do mal.

Para Johnson, na última década, os EUA assumiram um novo tipo de papel imperial e se tornaram uma colossal máquina militar com o objetivo de dominação mundial. Para ele, haveria ocorrido a migração da elaboração política do Departamento de Estado para o Pentágono. Segundo o autor, houve ainda a adoção de um imperialismo militar que está a enfraquecer a democracia, a destruir a nação e que, por fim, poderá levar a uma falência semelhante àquela ocorrida com a URSS. Johnson entende ainda que o fim da URSS representava tanto uma oportunidade quanto um problema para os EUA.

Para esse autor, de um lado, o fim da URSS abriu toda a sua área de influência para a potência vitoriosa. De outro, a não existência da rival questionava a manutenção de todo o sistema, por



intermédio do qual os EUA mantinham o seu poder de ação em todo o mundo. Segundo o autor, os EUA perderam a oportunidade de reestruturar todo o sistema de influência dos EUA com base no poderio militar^X.

Ao final do século passado, Johnson advertia sobre os custos e as conseqüências das ações imperiais dos EUA e asseverava que as intromissões dos EUA contra os interesses de outros povos se voltavam contra eles mesmos por meio de retaliações dessas vítimas. Mais do que isso Johnson asseverava que a persistência dessa política de intervenções militares ferindo a soberania e os interesses de outros países, associada à manutenção de alianças militares obsoletas que não se justificariam com o fim da Guerra Fria eram incompatíveis com os interesses econômicos dos EUA^{XI}.

Johnson afirma que o 11 de setembro operou como instrumento para justificar a manutenção de todo esse sistema. Para o autor, os EUA mantêm uma colossal estrutura militar espalhada pelo mundo que envolve mais de meio milhão de pessoas entre, militares, espiões, técnicos, professores distribuídos por mais de uma centena de países, mais de 700 bases militares e movimenta bilhões de dólares. Johnson conclui que a república pensada pelos pais fundadores cedeu lugar a um império informal de dimensão planetária.

Assim, os EUA impõem os seus interesses ao mundo por meio do emprego da força. Acrescenta que, apesar de toda essa descomunal máquina de guerra, há evidências a indicarem uma profunda crise de confiança nos EUA e que poderá levar ao colapso do sistema em breve. O autor traça ainda paralelos entre essas evidências e aquelas que levaram ao fim do sistema soviético e sublinha as contradições econômicas internas a ultraexpansão imperial e a incapacidade de promover as reformas necessárias^{XII}.

Ivo Daalder and James Lindsay, ex- membros do National Security Council durante o governo Clinton, criticam a Administração George W. Bush pela forma como conduziu a política de segurança nacional dos EUA. Para eles, Bush haveria promovido uma revolução na condução da política externa do país ao adotar o exercício unilateral do poder, quando deveria ancorar essa política nas instituições e na legislação internacional.

Para esses autores, ao adotar a doutrina da preempção e ao abandonar doutrinas até então consolidadas na política externa do país como a doutrina da contenção e da prevenção, a



administração Bush tornou o mundo mais instável e menos seguro. Em continuidade, eles afirmam que a adoção de proibições e exclusões com o emprego da força, ataques preventivos e outras estratégias agressivas retirou dos EUA e da comunidade internacional mecanismos consolidados através de tratados internacionais para conter regimes hostis e ou ameaças à estabilidade internacional.

Essa perspectiva valorizou a intervenção direta em detrimento de negociações. Mais do que isso, os EUA passaram a depender de constituir alianças ocasionais, muitas vezes em conflito com as estruturas institucionais e alianças permanentes que deram suporte à política externa dos EUA, ao menos desde o final da II Guerra Mundial^{XIII}. Além disso, entendem que a crença na incontestável superioridade bélica levou à ausência de limites para as ações militares dos EUA sob George W. Bush.

Assim, os EUA definiram a sua própria agenda e compeliaram os aliados a segui-los. Uma decorrência desse caminho foi a postura onipotente que superestimava a capacidade dos EUA decidirem sozinhos os rumos dos eventos e de conquistarem assim os seus objetivos. No entanto, para que isso fosse possível, era necessária a cooperação dos aliados que muitas vezes não mais reconheciam os seus interesses nos objetivos perseguidos pelos EUA, uma vez que eles haviam sido definidos unilateralmente e não como uma agenda comum.

Além do exposto, os aliados temiam a arrogância e a emergência de um poder tirânico e isso levou os EUA a perderem a confiança dos seus aliados tradicionais. A posição dos EUA ao se retirarem de forma unilateral do Tratado de Mísseis anti-balísticos com a Rússia, ao não assinarem o Protocolo de Kyoto e ao se oporem à criação de uma Corte Internacional de Justiça reforçava uma percepção internacional de arrogância e desdém para com a comunidade das nações^{XIV}.

Em oposição ao conceito de guerra preventiva de Geroge W. Bush, Benjamin Barber defende a ideia de uma democracia preventiva. Ele recrimina os EUA pela imposição dos seus interesses e valores através da força militar. Barber acredita que se de um lado é verdade, que não poderá haver prosperidade, paz, liberdade, segurança no mundo contemporâneo sem a liderança dos EUA, também é verdade que os EUA não serão viáveis sem o restante do



mundo. Em outras palavras, não haverá garantias para os investidores e segurança e liberdade para os cidadãos estadunidenses se não houver segurança e liberdade para o mundo todo^{XV}.

Também bastante severa foi a crítica do ex assessor do Governo Reagan, Clyde Prestowitz, que acusou a administração George W. Bush de aventureira e de estar fundada em uma retórica de um patriotismo arcaico. Para ele, com a doutrina Bush os EUA estão a abandonar as instituições internacionais que o país ajudou a criar. Prestowitz assevera que essas instituições representavam os ideais que tornaram os EUA uma inquestionável liderança mundial. Ainda, para esse autor, os EUA estão a se isolar, a agir de forma unilateral e, com efeito, passaram a ser considerados uma ameaça à estabilidade mundial^{XVI}.

Michael Noonan, pesquisador e à época diretor do Programa de Segurança Nacional do Foreign Policy Research Institute (FPRI), produziu um documento representativo das principais tendências entre os especialistas estadunidenses, militares e civis, dedicados aos estudos das estratégias militares e dos conflitos armados no presente século. O documento, um relatório da conferência organizada pelo Foreign Policy Research Institute, ocorrida em dezembro de 2005, intitulada *The Future of American Military Strategy*^{XVII}.

A conferência contou com a participação de militares, assessores de segurança nacional, renomados estudiosos do assunto, alguns deles vinculados a institutos privados e outros associados a fundações integradas a corporações do chamado Complexo Industrial Militar. A análise do relatório produzido por Michael Noonan oferece-nos uma boa síntese dos principais debates sobre a estratégia militar estadunidense desde o 11 de setembro de 2001. Em primeiro lugar, é necessário situar o contexto histórico do debate, ocorrido quatro anos após o 11 de setembro e o início do ataque e invasão do Afeganistão e dois anos e meio após o ataque e invasão do Iraque por forças militares lideradas pelos EUA. Em adição deve-se considerar o contexto interno da reeleição do presidente George W. Bush e das implicações do processo eleitoral no suporte à Doutrina Bush.

Houve quase um consenso de que haveria o predomínio de guerras não convencionais e de que as instituições estadunidenses precisavam ser mais ágeis, adaptáveis e possuírem capacidade de ação antecipatória. Para um dos debatedores, as forças de ação global deveriam ser flexíveis e ao mesmo tempo precisavam definir estratégias para as respostas



adequadas às crises emergentes (Frank Hoffman); os novos soldados deveriam ter ampliada a sua formação cultural e linguística, pois elas são indispensáveis nos conflitos contemporâneos (John D. Waghelstein - Professor Emérito do U.S. Naval War College, Charles V. Pena (Senior Fellow da Coalition for a Realistic Foreign Policy, conselheiro do Straus Military Reform Project).

Nesse ponto Hoffman afirmou ainda que as novas guerras demandariam líderes mais maduros e experientes e, por isso, os Mariners deveriam desenvolver esforços para formar essas lideranças. Ao longo do evento, alguns debatedores afirmaram que os EUA poderiam reduzir o seu orçamento militar se houvesse a reestruturação do sistema e conseqüentemente uma melhor adequação das suas estratégias e objetivos (Charles V. Pena e capitão Joe Bouchard - diretor executivo do Center for Homeland Security and Defense).

Nesse ponto, Pena afirmou que os EUA possuíam excesso de capacidade militar, o que levava ao seu emprego inadequado pelos Policy-makers. Esse autor chegou a defender um corte de 25 % no orçamento militar dos EUA. Acrescentou que muitos dos conflitos ao redor do mundo não ameaçavam a segurança dos EUA e assim deveriam ser tratados. Sublinhou que as forças militares poderiam ser reduzidas à metade se houvesse uma avaliação adequada das reais ameaças.

Houve concordâncias de que era necessário mais investimentos no treinamento das SOFs (Forças de Operações Especiais), que são forças de elite treinadas para agir em pequenas unidades em operações de alto risco. Eles entendiam essas forças eram fundamentais para atuarem em conflitos em regiões de acesso arriscado ou nos cenários urbanos onde era difícil identificar o inimigo há riscos de vítimas colaterais (Frank Hoffman e John D. Waghelstein (Professor Emérito do U.S. Naval War College.)). Neste ponto Waghelstein acrescentou que os Civil Affairs e as operações psicológicas deveriam estar associados às SOFs.

Hoffman defendeu a ideia de que o início da expansão dos conflitos assimétricos foi anterior ao que a maioria dos analistas costuma observar. Para ele, esse tipo de conflito não começou com o 11 de setembro, mas teve o seu início em Beirute, em 1983 ou no ataque ao World Trade Center em 1993. Pena afirmou que os EUA não deveriam descuidar das questões de segurança em diversas partes do mundo, mas que as nações europeias e do leste da Ásia poderiam arcar mais com as suas responsabilidades.



Hoffman e Pena defenderam redução de custos com os caríssimos caças F-22 e defende mais investimentos em UAVs (Unidades aéreas não armadas) e no desenvolvimento de novos bombardeiros. Hoffman acrescentou a necessidade de mais recursos para a infantaria, civil affairs e para operações psicológicas e menos dispêndios com força mecanizada pesada e investimentos.

Ainda para o tenente-coronel Frank Hoffman, os EUA precisam de melhorar a elasticidade e adaptabilidade das suas forças . Acrescentou que os braços militar e civil do governo deveriam estar mais adaptados à nova realidade mundial. Sublinhou a necessidade de adaptação, pois os conflitos não mais serão predominantemente em mar aberto, mas no litoral e em terra. Assim, eram necessários mais recursos para pequenos barcos e unidades anfíbias. Por fim, para ele, grande parte da Guarda Nacional deveria passar à jurisdição do Department of Homeland Security e a Guarda Costeira deveria ser modernizada e ampliada.

O coronel John D. Waghelstein (Professor Emérito do U.S. Naval War College.) afirmou que a questão dos conflitos assimétricos não é nova, mas que, no entanto, os militares têm problemas ao lidar com ela. Pena sublinhou que os militares devem tratar das ameaças convencionais pois não estão preparados para lidar com a questão do terrorismo, tanto no país quanto no exterior. Nesse ponto ele sofreu a objeção de Joe Bouchard, que ressaltou o papel dos militares na segurança doméstica.

O Capitão Joe Bouchard (diretor executivo do Center for Homeland Security and Defense) questionou a adoção durante o governo Bush da expressão War on Terrorism. Afirmou que a adoção do termo foi um erro, pois o seu emprego pressupunha a existência de uma solução militar para a questão do terrorismo, quando não havia. Para esse especialista em conflitos bélicos.

Michael O'Hanlon (Senior Fellow do Foreign Policy Studies) discorreu sobre a estratégia de defesa na era pós-Saddam Hussein. Ele enfocou possíveis cenários em que os EUA deverão atuar. Em primeiro lugar, demarcou aqueles por ele considerados de baixa plausibilidade ou que requeiram menor cuidado, como a defesa dos estados bálticos frente a uma possível invasão da Rússia; a defesa da Rússia em consequência de uma possível invasão da China; a defesa de uma Coreia unificada perante uma invasão da China.



Na sequência, discorreu sobre cenários de conflitos plausíveis: 1) o emprego de bloqueio econômico a Taiwan pela China; 2) intervenção na Indonésia ou nas Filipinas para prevenir a ocupação de partes do território pela Al Qaeda; 3) intervenção na Indonésia ou no estreito de Málaca, em decorrência de ameaças da Jihad ao tráfego de embarcações na região; 4) intervenção para garantir que nem Indonésia nem Filipinas se tornem “estados falidos”; 5) intervenção para evitar o colapso do Paquistão, que poderia cair sob domínio da Jihad com o seu arsenal nuclear; 6) guerra nuclear entre Paquistão e Índia; 7) guerra preemptiva contra o desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã; 8) constituição de um governo internacional na Palestina como resultado do fracasso do processo de paz; 9) golpe da Jihad na Arábia Saudita. (Observa-se que nesses cenários apresentados em 2006, não foram indicadas as instabilidades e as intervenções no atual arco das crises no mundo árabe).

Thomas Donnelly (Fellow researcher em Defesa e políticas de Segurança no American Enterprise Institute e editor of Armed Forces Journal) aponta a emergência de três tipos de atores internacionais que representam perigo para os EUA. Primeiro, a China que se tornou uma grande potência econômica e militar com interesses globais. Segundo, A Al Qaeda e o islamismo radical que se constituem como um poder agressivo e em expansão.

Por fim, apontou o risco de Estados como Irã, Coréia do Norte e Paquistão, que, embora sejam Estados fracos, pudessem se utilizar de artefatos nucleares para ameaçar os EUA. Para ele, esses últimos são os mais imprevisíveis e perigosos para a ordem internacional e para os EUA. Recomendou, em primeiro lugar, manter esses problemas o mais distante possível um do outro. Sugere ainda a constituição de uma aliança que ajude a preservar a Pax Americana e a paz. Por fim, para ele, é necessário um consenso doméstico sobre os caminhos a serem trilhados nesse campo.

Do exposto por esses Think Thanks, apesar das diferenças de perspectivas entre eles, é possível observar que todos eles traçavam cenários que apontam para a continuidade e a expansão dos conflitos assimétricos ao longo do início do novo século. Para alguns, esses conflitos são produtos de ações agressivas e ressentidas de organizações terroristas internacionais; para outros, resultado da estratégia expansionista dos EUA, em meio à sua crise de hegemonia observada desde a Guerra do Vietnã ou meados da década de 1970.



No entanto, houve a supremacia de perspectivas que naturalizavam a intervenção das forças militares dos EUA em diferentes regiões do planeta para defender os seus interesses e em tese de seus aliados. Em outras palavras, as exposições daqueles especialistas indicavam que os EUA continuariam a se envolver em guerras fossem elas assimétricas ou convencionais nas próximas décadas. Assim, é possível se observar a inversão do paradigma pensado por Clausewitz, pois a guerra deixou de ser a continuidade da política por outros meios e passou a ser ela a própria política.

Nesse ponto há debates em relação a se os EUA, em termos de curta e mesmo média duração, deixarão de ser a potência planetária hegemônica. Apesar da crise de hegemonia estadunidense, é bem provável que assistamos a um longo processo de acomodação de interesses das grandes potências em que os EUA continuarão a ter um papel determinante, mas não mais nas condições atípicas do período da Guerra Fria e do imediato pós-Guerra Fria^{XVIII}.

No governo Obama, alguns aspectos mais virulentos da política externa do seu antecessor foram amenizados, mas a essência da política imperial dos EUA foi mantida. A análise da questão militar e política externa do governo Barack Obama vai além do escopo deste texto e, desse modo, a deixamos para um artigo futuro. O exposto justifica a imperiosa necessidade de aprofundar esses estudos para melhor compreendermos, do ponto de vista da história, a política externa dos EUA que ao longo do último século foram, de um lado, o maior parceiro do Brasil e, de outro, um adversário de envergadura descomunal.

Notas:

*Agradeço ao CNPq pela Bolsa Produtividade em Pesquisa que me criou as condições para o desenvolvimento dos estudos e para a produção do presente texto.

I Doutor em História Econômica pela USP (1997); pós -doutorado pela UFRJ (2002); professor Associado da

Universidade Estadual de Maringá, docente do Programa de Pós-graduação em História (PPH-UEM), do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ e do Consórcio Programa Rio de Janeiro de Estudos de Relações Internacionais, Segurança e Defesa Nacional .Coordenador da Central de Documentação da UEM (CDO) e coordenador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente da UEM (LabTempo-UEM).



- II WILLIAMS, William A..The Tragedy of American Diplomacy.
- III LaFEVER, Walter. The American age.
- IV PERKINS, Bradford. The Tragedy of American diplomacy: twenty-five years later. In: WILLIAMS, W.A.
The Tragedy of American Diplomacy,p. 313-334; MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo, p. 266.
- V CHOMSKY, Noam. Novas e velhas ordens mundiais, p. 11-12.
- VI CHOMSKY, Noam. Novas e velhas ordens mundiais, p. 11-14; JOHNSON, Chalmers. Sorrows of Empire, p. 20.
- VII HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations, p. 22-49.
- VIII TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A Revolta Árabe: a novidade que vem do Oriente.
- IX JOHNSON, Chalmers. Sorrows of Empire, p. 22.
- X JOHNSON, Chalmers. Blowback, p. XXIII, 206, 222-225; The Sorrows of Empire, p. 1-12; Nemesis, p. 142.
- XI JOHNSON, Chalmers. Blowback.
- XII JOHNSON, ChalmersThe Sorrows of Empire, p. 1-12.
- XIII DAALDER, Ivo H. and LINDSAY, James M. . America Unbound.
- XIV DAALDER, Ivo H. and LINDSAY, James M. . America Unbound, principalmmentep. 185-202.
- XV BARBER, Benjamin. Fear's Empire.
- XVI PRESTOWITZ, Clyde. Rogue Nation.
- XVII Observo que um grande conjunto de informações a seguir foram retiradas do relatório publicado por Michael Noonan ainda em 2006. Veja NOONAN, Michael. The Future of American Military Strategy.
- XVIII TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Por que discutir os Impérios?, principalmmente p. XIX- XXV.

Referências Bibliográficas:

BARBER, Benjamin. **Fear's Empire: War, Terrorism, and Democracy**, New York: W. W. Norton, 2003.

CHOMSKY, N. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1993.

DAALDER, Ivo H. and LINDSAY, James M. . **America Unbound: The Bush Revolution in Foreign Policy**. Hoboken (New Jersey): John Wiley, 2005.



HUNTINGTON, Samuel P. **The Clash of Civilizations**. In: Foreign Affairs. Summer v.72, n.3, 1993.

JOHNSON, Chalmers. **The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic**. New York: Metropolitan, 2004.

JOHNSON, Chalmers. **Blowback: the Costs and Consequences of American Empire**. New York: Metropolitan/Owln book, 2000.

JOHNSON, Chalmers. **Nemesis: the last days if the American Republic**. New York: Metropolitan Books, 2006

LaFEBER, Walter. **The American age. U.S. foreign policy at home and abroad. 1750 to the present**. New York: Norton , 1994.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: um debate interpretativo**. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. **O século sombrio**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

NOONAN, Michael. **The Future of American Military Strategy a Conference Report**. E. Notes. Foreign Research Institute. February, 3, 2006.

www.fpri.org/enotes/20060203.military.noonan.futureamericanmilitarystrategy.html (Acesso em 12/10/2006)

PRESTOWITZ, Clyde. **Rogue Nation: American Unilateralism and the Failure of Good Intentions**, Clyde Prestowitz, New York: Basic Books, 2003.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Por que discutir os Impérios?** in:

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; CABRAL, Ricardo; MUNHOZ, Sidnei J. **Impérios na História**. Rio de Janeiro:Elsevier/Campus, 2009.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **A Revolta Árabe: a novidade que vem do Oriente**. <http://www.tempopresente.org/nossa-producao/artigos/36-historia-do-tempopresente/5591arevolta-arabenovidade-que-vem-do-orient>

WILLIAMS, William A. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: Norton, 1988.